



Anais da Assembléia

Nº 20

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 1978

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Augusto Carneiro.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM N.º 33/78

Curitiba, 22 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de auxílio de cooperação, celebrados pelo Governo do Estado, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, com os municípios abaixo especificados, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos:

| MUNICÍPIO | N.º e data da celebração |
|-----------------------------|--------------------------|
| REBOUÇAS | 03/77 - 18/01/78 |
| CAMPINA GRANDE DO SUL | 09/77 - 24/01/78 |
| FRANCISCO BELTRÃO | 17/77 - 18/01/78 |
| PATO BRANCO | 18/77 - 18/01/78 |
| MALLET | 22/77 - 18/01/78 |
| PAULO FRONTIN | 23/77 - 18/01/78 |
| PORTO AMAZONAS | 25/77 - 24/01/78 |
| TIJUCAS DO SUL | 28/77 - 25/01/78 |
| AGUDOS DO SUL | 29/77 - 25/01/78 |

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação desta augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

lenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 34/78

Curitiba, 22 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 03/75, de 17 de fevereiro de 1975, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL e a Universidade Federal do Paraná, objetivando a implantação de "Programa de Apoio à Pesquisa Científica em Pós-Graduação".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 35/78

Curitiba, 22 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, de 06 de fevereiro de 1975, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, e a Universidade Federal do Paraná, visando a elaboração dos Planos Regionais Industriais Leste, Norte e Oeste do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 173/77.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1978.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 5/78.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, que se conceda caráter de REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Resolução 4/78 que prevê a Reestruturação do Funcionalismo da Casa, e do Projeto de Lei 25/78.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1978.

(a) JURANDIR MESSIAS

JUSTIFICATIVA:

É público e notório que face à inflação dominante, cuja espiral dia a dia mais se eleva, e ainda, levando em conta que os padrões de vencimento dos Servidores do Poder Legislativo estão muito aquém do que recebem hoje os Servidores dos Legislativos Estaduais de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e de outras unidades da Federação, resultando todos esses fatores num clima de intranquilidade e descontentamento geral dos nossos denodados servidores, justifica-se plenamente o REGIME DE URGÊNCIA acima requerido, mesmo porque, desde 1974 esta medida (adotada naquele ano pelo Governo Federal) já era aguardada pelos funcionários do Legislativo Paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Sr. Secretário de Estado da Educação e da Cultura o presente expediente, pelo qual é feita a seguinte reivindicação: "Considerando o excelente programa governamental que é desenvolvido pela Pasta da Educação, objetivando a construção de salas de aula em todo Estado, atendendo apelos da população de Alvorada do Sul, formulados pelo Executivo e Legislativo daquele município, apresentamos esta reivindicação para que sejam procedidos estudos para a ampliação do Ginásio Estadual Anastácio Cerezine. Referido Ginásio que funciona de 5.ª a 8.ª séries, conta com aproximadamente 800 matrículas e funciona em três turnos.

Além de não dispor de sala própria para Secretaria, tem ainda a necessidade de utilizar-se de 3 salas do Grupo Escolar 14 de Dezembro, pela falta de espaço físico.

Como se observa, é das mais justas a reivindicação que ora se formula.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1978.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Ex.º Sr. Governador do Estado, solicitando àquela autoridade, determine à TELEPAR, sejam efetuados estudos visando a implantação da Rede de Telefonia — Sistema DDD — nos municípios que formam a "Grande Maringá" ainda não servidos por este serviço, que são: FLORESTA, PAISSANDU, DR. CAMARGO e IVATUBA, bem como nos distritos maringaenses de IGUAPEMI e FLORIANO.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1978.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Os municípios e distritos acima citados, formam hoje, uma só comunidade com a Cidade de Maringá. Os interesses econômicos e sociais se identificam. Não se justificando a diferença de tratamento pelos órgãos públicos de uma para outra área da mesma população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Ex.º Sr. Governador do Estado, solicitando àquela autoridade, que, em entendimentos com o egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, determine o imediato início das obras do Edifício do Forum da Comarca de Maringá.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1978.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente requerimento, tendo em vista que em Maringá, algumas Varas estão sediadas em prédios alugados, em local distante das acanhadas instalações do atual Forum, correndo inclusive as despesas de aluguel de alguns cartórios, por conta de seus titulares. Toda a comunidade forense de Maringá está a exigir a construção de seu novo edifício, motivo pelo qual, juntamo-nos a esta luta.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Ex.º Sr. Secretário de Educação do Estado, solicitando daquela autoridade, urgentes providências no sentido de que seja construída uma ESCOLA DE 1.º GRAU, junto ao NÚCLEO SOCIAL JOÃO XXIII em Maringá.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1978.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente requerimento, pelo fato de que o Núcleo Social João XXIII, de Maringá, fundado e mantido sob a coordenação da Mitra Diocesana, destinado a recuperação de famílias menos favorecidas pela sorte, hoje conta com uma população escolar aproximada de 200 crianças. Estas, deslocam-se até a Vila Santa Isabel, distante do Núcleo, para aprender as primeiras letras. Com a expansão urbana de Maringá, projetada para aquela área, a densidade demográfica aumentou consideravelmente, estando a exigir imediatas providências do Poder Executivo para a solução do problema.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 31/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CEAG-PR — Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa do Paraná, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1978.

(a) DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

O CEAG-PR — Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa do Paraná, que se pretende declarar de utilidade pública, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos.

Conforme estabelece o art. 8.º de seus estatutos, sua diretoria não é remunerada e não são distribuídos lucros, bonificações ou vantagens aos membros efetivos e colaboradores.

Da mesma forma o art. 32 prevê a destinação de seus bens em caso de extinção da entidade.

Possui personalidade jurídica (documento anexo), preenchendo todos os requisitos legais de que trata a Lei 6994 de 10 de janeiro de 1978, conforme se observa pela documentação anexa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

De conformidade com a Resolução 23/69, de 10 de setembro de 1969, que acrescentou os parágrafos ali especificados ao

art. 77 do Regimento Interno, o expediente da presente sessão, nos termos do § 1.º do art. 1.º da Resolução 23/69, será todo ele dedicado às comemorações da Revolução de Março de 1964.

Para falar sobre a data comemorativa ao 14.º aniversário da Revolução de Março, por designação da Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli. O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O Brasil, País de formação política e cultural, influenciado pelos ideais humanitários dos fundadores dos Estados Unidos da América do Norte, com atuação direta para a proclamação da nossa independência política em 7 de setembro de 1822, sempre esteve voltado para o que se passava na velha Europa e no imenso País irmão Norte-americano. Descoberto e colonizado por Portugal, em fase transitória pela Espanha, e nutridos com o fecundo e saboroso leite da fé Cristã, nossas leis e nosso desenvolvimento se inspiravam via de regra nas lições lusitanas e ibéricas.

A gloriosa Marinha de Guerra e a mercante foram buscar nos quadros especializados da Europa, seus filhos e que aqui no Brasil, foram grandes marujos, alguns já em serviço nos tempos do Brasil Colônia, sob a bandeira de Portugal, como o Almirante Barroso,

Mas foi a Missão Militar Francesa, sob o comando do General Gamelin, encarregada da instrução superior do Exército Brasileiro que mais influenciou os então, jovens tenentes na formação de suas consciências democráticas. Jovens tenentes de histórica e imperecível memória desde os idos de 1922, com Eduardo Gomes, último sobrevivente dos bravos dos 18 do Forte de Copacabana, ou do Marechal Osvaldo Cordeiro de Farias, ex-Comandante da Artilharia Divisionária na Força Expedicionária Brasileira nos campos de batalha na Europa, o mínimo Senhores Deputados, que se pode afirmar é que só o zelo, só o patriotismo os teria levado a participar, como o fizeram, do movimento de 31 de março de 1964.

Foi, também, sem dúvida, sob o impacto da quebra de disciplina hierárquica militar, em todas as Armas, e na ausência de uma autoridade executiva capaz de restabelecer a ordem e o império soberano da lei, que atendendo as manifestações de massas nas ruas das grandes capitais, — aos apelos das mulheres e dos homens de bem, e especialmente as vozes das Igrejas, — e aos reclamos dos mais conspícuos líderes das classes empresariais, — foi desse modo que as Forças Armadas desencadearam o movimento vitorioso de 1964, para o qual contavam, de há muito tempo, com as solicitações e a exigência em termos de Segurança Nacional, com os mais destacados setores de homens públicos.

Assim, Senhores Deputados, o povo brasileiro, através da expressão maior de nossa cultura, e a totalidade das lideranças nacionais que, imbuídas das mais genuínas convicções cívicas e religiosas, resolveu deter a marcha infeliz de nossa estremeçada Pátria, para a anarquia, para o caos, para o comunismo sem DEUS, sem fé e sem piedade.

Homens do mais alto gabarito, integrantes de diversas correntes políticas como que se irmanaram na idéia de fazer o Brasil despertar para o seu atual presente, graças à força de trabalho de seus filhos em ambiente de ordem e de segurança.

De tal forma impetuoso o movimento de março de 1964, que a história não registra um só ato ativo em defesa da autoridade que se depunha, em todo o território brasileiro.

Foram pois, bem inspiradas as nossas Forças Armadas ao tomarem as medidas que assumiram, de cumprir o seu dever como o fizeram em 1822, assegurando a nossa independência política; — como o fizeram em 1888 negando-se a perseguir escravos fugidos; — como o fizeram em 15 de novembro de 1889, proclamando e consolidando a República, para no devido tempo entregá-la ao primeiro Presidente Civil, Prudente de Moraes; — como o fizeram, mantendo a integridade territorial de uma área que é mais que um continente: — como o fizeram

as Forças Armadas, que somos todos nós, nos momentos decisivos da Convocação das Reservas, na primeira grande guerra enviando um corpo médico; — como o fizeram na segunda grande guerra, na linha de frente, vertendo o sangue precioso dos nossos irmãos, sob o comando do Marechal Mascarenhas de Moraes, para manter com humildade mas com orgulho o respeito aos valores da civilização cristã e ocidental, em risco imediato pela ferocidade, pela violência sem freios, e pela força abusiva em mãos impiedosas e enlouquecidas, pelo desvario de um domínio mundial e milenar.

O espírito da Força Expedicionária Brasileira, espírito integrador do Correio Aéreo Nacional, o espírito renascido dos jovens Tenentes de 1930, experimentados e sofridos, — a voz soluçante das mulheres brasileiras, — as orações dos nossos sacerdotes, — e os desvarios do executivo enfraquecido e sem leis, gerou e fez triunfar a Revolução de 64.

E nós, Deputados que integramos a Aliança Renovadora Nacional, e o Movimento Democrático Brasileiro, componentes dos dois partidos, nascidos e formados pela mesma Revolução de 1964, aqui estamos na prova mais expressiva da palavra livre mas com responsabilidade, para testemunhar que dos Governos Federais da mesma Revolução, foi no do General Ernesto Geisel que se realizaram o maior número de eleições, livres e ao alcance do eleitor que desses pleitos resultaram, em certas áreas de eleição, o crescimento pelo voto, do partido da oposição, o MDB.

É um direito que a lei deu, mas que, só por esse direito eleitoral, já demonstra a liberdade com que atuam os parlamentares no Brasil, tanto que homens como Franco Montoro e Paulo Brossard, soldados da primeira linha da Revolução de Março de 1964, cresceram politicamente e hoje fazem oposição ao Governo que ajudaram a construir, ao mesmo sistema que ajudaram montar, porque viam ontem nesse Governo o que nós ainda continuamos vendo hoje.

Vivemos nós, o Brasil, fazendo vizinhança territorial com países onde campeia a violência. Cuba continua exportando idéias, revolucionários armados, já estando na África, na Etiópia, através dos mares. Terroristas se deslocam, pois, de um para outro continente em busca de suas vítimas. Só os poderes especiais, em vigor, tanto em Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, França e etc., podem deter o terrorismo, podem permitir a paz para as comunidades laboriosas.

Nos Estados Unidos da América do Norte, a maior potência mundial, quer economicamente falando, quer em linguagem militar são gerados verdadeiros conflitos pelas desigualdades raciais ou de cor.

Pois nesta altura dos acontecimentos o Brasil recebe a visita do Presidente Jimmy Carter.

Vejam, Senhores Deputados, o conteúdo da mensagem do Presidente Carter ao Presidente Geisel, que nos dá um retrato fiel e resumido do que nossa Pátria é hoje perante o mundo, certo de que todos nós, os Senhores Deputados, independentes de cor partidária, deseja, como nós, o melhor para o Brasil e nossa gente.

E é precisamente, às vésperas da eclosão do futuro Presidente do Brasil, com quem, nesta altura do tempo, já dialogou, aduz que a hora é propícia para reafirmar os nossos laços históricos e explorar soluções conjuntas — (Brasil e América do Norte) — para problemas internacionais.

Senhores Deputados, Senhor Presidente, — ao recordar o 14.º aniversário da Revolução de 1964, tracemos ligeiro perfil de um de seus líderes, o Presidente Castelo Branco, retratado pelo General Wernon Walter, do Exército Americano, em seu livro "Silent Missions":

"Castelo Branco sempre exprimira a opinião de que os brasileiros podiam e deviam resolver seus próprios problemas.

Não era reacionário, mas um patriota ponderado.

com verdadeira consciência social, revoltado com muitas injustiças que testemunhara no Nordeste, e, convencido de que todos, especialmente os ricos, deviam fazer sacrifícios para a Nação poder sobreviver.

Era um homem de brilhante intelecto, extraordinariamente bem informado sobre os assuntos sociais, políticos e econômicos:— Um homem para quem DEUS existia, um homem de extraordinária retidão de caráter, como os menos egoístas e os mais dedicados homens que até hoje conheci. Seu exemplo e sua nobreza têm servido de inspiração para mim. Eu vi nas borrascas da guerra, em momentos de tensão e de tranquilidade, e depois como Presidente, e nunca soube que ele tivesse praticado um ato baixo ou mesquinho. Era, entretanto, intolerante com a incompetência. Tinha altos ideais e viveu mais perto deles do que a maioria dos homens que tenho conhecido."

Foram, Senhores Deputados Homens como Castelo Branco, os que fizeram a Revolução de 1.964 e compuseram o seu Governo.

Assim nos é muito grato registrar os principais feitos da Revolução de 1.964:

- 1- Consolidou a construção de Brasília no interior de nossa Pátria e promoveu a verdadeira marcha de conquista e de ocupação da Amazônia Legal, em área superior a cinco milhões de quilômetros quadrados da mais cobiçada, da mais disputada floresta do mundo.
- 2- Investiu somas elevadas na abertura de estradas especialmente no Estado de Mato Grosso e Territórios como a mais segura via de acesso e de conseqüente entrada nos territórios do Pará e Amazonas.
- 3- Se a nossa exportação atingiu a cifra de doze bilhões de dólares, o que é dívida assaz importante, porque corresponde, a um terço de nossa dívida externa, justo é destacar-se o grande movimento interno, por confiança absoluta no Governo, representado pelas Carteiras de Poupança, nas quais quinze milhões de brasileiros já depositaram outros doze bilhões de dólares.
- 4- Fala-se muito em nossa Dívida Externa, na casa de trinta bilhões de dólares, mas se omite que temos depósitos, no Exterior, de mais de sete bilhões, e que a nossa Dívida Externa, da qual é considerável a parte de juros, por outro lado ela corresponde aos bens importados, tanto pelas multinacionais, como pelo empresariado nacional, e os caríssimos equipamentos de comunicação interligando hoje todo o território brasileiro.
- 5- Sem penetrar nos princípios de administração dos estabelecimentos bancários, hoje em situação mais sólida do que jamais o foram no Brasil, os depósitos totalizam cifras muitas vezes superiores ao tão discutido montante da Dívida Externa.
- 6- A Revolução só no seu ORÇAMENTO SOCIAL, dispõe para o ano corrente de duzentos e setenta bilhões de cruzeiros, contra os duzentos e vinte e seis bilhões emprestados em 1977, além da verba de vinte e sete bilhões para o desenvolvimento urbano e dez bilhões para o Fundo de Desenvolvimento Social.
- 7- Só em 1977; o BNH financiou duzentos e sessenta e sete mil habitações, atingindo um milhão, setecentos e trinta e nove mil residências desde sua criação no primeiro Governo da Revolução. Digno de registro é igualmente, Senhores Deputados que até dezembro de 1.977 quase 1.800 (hum mil e oitocentos) municípios tinham sido beneficiados com projetos de implantação, ou de melhoria de sistemas de abastecimentos de água.
- 8- Mas no Governo do Presidente Geisel determinou que o sistema de Cooperativas Habitacionais apresente, para a faixa de renda média familiar até cento e oitenta mil cruzeiros anuais, a aquisição de uma habitação com

90% de financiamento sobre o custo final de construção, **ISENTOS DOS ENCARGOS DE COMERCIALIZAÇÃO, E DE LUCROS DE INCORPORAÇÃO.**

- 9- Foi no Governo da Revolução de 1964, que se levou a Previdência Social para o trabalhador do campo, e para o homem ou mulher idosa, na evidente comprovação do interesse pelo bem estar de quem é um forjador de riquezas, como trabalhador nos campos, mas sem nenhum tipo de assistência social naqueles tempos. Hoje o Ministério da Previdência Social registra mensalmente mais de trezentos mil associados, para uma cifra que atinge dezessete milhões de homens e mulheres cujos destinos econômicos já não é inseguro, já não é incerto.

- 10- Dentro de dois anos, o Brasil estará com uma população de cento e vinte e três milhões de habitantes, dos quais oitenta milhões viverão nas zonas urbanas, nas cidades, para que os órgãos do Ministério da Educação e Cultura estejam atentos.

"No início do Governo Geisel a estimativa era de que o número de matrículas no ensino de 1º grau havia sido de dezoito milhões e duzentos mil estudantes, espera-se alcançar vinte e três milhões em 1979, contando projeções feitas para o quinquênio, com um aumento previsto de 26%. A taxa de escolarização estimada em 84% naquele ano de 1974 (já estando no Ministério de Educação e Cultura o Sr. General Ney Braga) deverá subir para 90% em 1979. No ensino superior, o número de matrículas em 1974 era de um milhão e cem mil, mas espera-se um aumento de 55% para 1979, quando serão matriculados um milhão e setecentos mil estudantes.

- 11- Na área de Saúde a demanda cresce ano a ano. Em 1974, a população servida pela rede de esgotos era de dezessete milhões e setecentos mil, mas deverá atingir, em 1979, em esforço conjugado das áreas federais, estaduais e municipais, a trinta e três milhões e setecentos mil.

Estes, Senhores Deputados, alguns dos grandes desafios enfrentados pelos Governos da Revolução de 1.964.

O povo brasileiro, e nós com ele, nós os parlamentares, nós os seus representantes, podemos afirmar, não obstante o tumulto mundial na hora presente que "com toda a verdade e com toda a certeza caminhamos para um ingresso otimista e construtivo para o novo século que se avizinha, com o Brasil situado entre as grandes Nações mundiais, com seu patrimônio humano valorizado pela exploração nacional e patriótica de nossas riquezas", para que, ao encerrar; saudamos o Governo da Revolução na pessoa de seu máximo representante no Estado do Paraná, o Senhor Governador JAYME CANET JÚNIOR, o qual tem sabido honrar o seu cargo, enobrecendo-o, dando de si o melhor de suas energias para manter por estas terras paranaenses, no setor que lhe é afeto, — um clima de paz e trabalho, um clima de ordem e de liberdade com responsabilidade, porque todos nós homens públicos, em muita coisa podemos transigir, menos no que diz respeito a **SEGURANÇA NACIONAL**, agredida em várias partes do mundo pela subversão, de que a cidade eterna de ROMA, nos está dando os mais graves e dramáticos exemplos.

Por isso conclamamos a todos, que no recordar a implantação do Governo de 1964 prestem conosco a homenagem aos brasileiros ilustres que o fizeram, que reconheçam o seu ideal e o seu patriotismo, e reconheçam acima de tudo o esforço que se realiza, ainda ontem, hoje e amanhã, o Governo do Senhor Presidente Geisel quando pretende mostrar ao mundo que o Brasil quer e precisa conviver com todos, que o Brasil quer, e prossegue respeitando a soberania dos povos; neles não interfere, mas precisamente por isso, o Brasil exige, por sua vez, ser respeitado na questão de sua soberania, como a Revolução o fez nesses quatorze anos, e como continuará fazendo-o no seu porvir de Nação em Desenvolvimento, sem outras

ambições senão a de viver internamente na ordem e na paz pregada por CRISTO, amando, quando possível, mas impondo consideração sempre."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Ao encerrar a Hora do Expediente, a Presidência anuncia que estão inscritos para falar em explicações, os Srs. Deputados, Wilson Figueiredo Fortes e Alfredo Gulin. Nos termos da Resolução 2369, está a Presidência impossibilitada para conferir-lhes a palavra no Grande Expediente, razão pela qual considerando, haver assunto superveniente a ser tratado pelos eminentes Srs. Deputados, a Presidência facultará o direito de usarem da palavra.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 165/77, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO MOURÃO-APAECAM", com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 12/78, de autoria do Poder Executivo, que fixa a partir de 1º de janeiro do corrente ano, novos valores de vencimentos dos cargos efetivos e em comissão do pessoal civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como os dos integrantes da P.M.E. e dá outras providências. Com Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade e EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. —

Sobre a mesa, emendas de Plenário apresentadas no turno de 2ª discussão, e tem assim, um requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, no seguinte teor: (Lê)

"Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, preferência para as emendas de Plenário nºs 4 e 5 do Senhor Deputado Fidelcino Tolentino.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1978.

(a) Luiz Roberto Soares."

Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Em discussão o Projeto de Lei nº 12/78.

O SR. ACCIOLY NETO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Para discutir, concedo a palavra, ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao Projeto de Lei nº 12/78 que hoje faz a 2ª discussão, estão submetendo à apreciação do Plenário 2 (duas) emendas para as quais peço, naturalmente, a votação dos eminentes Senhores Deputados.

A primeira delas, tem o seguinte teor: (Lê)

"EMENDA DE PLENÁRIO Nº 2

Ao Projeto de Lei nº 12/78

Art. Para todos os efeitos legais, aos magistrados será computado, até o máximo de cinco anos, o tempo de serviço prestado à Justiça Eleitoral do Estado do Paraná, excluído o período de dois anos, obrigatório, fixado em lei."

Sala das Sessões, em 30 de março de 1978.

(a) Accioly Neto.

Apoiamentos: Augusto Carneiro, Deni Schwartz, Renato Bernardi, Adalberto Daros, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Jurandir Messias e Valter Pietrângelo.

JUSTIFICATIVA:

O Estado, na impossibilidade de criar quadros novos, onerosos e de difícil seleção, resolveu entregar a função eleitoral às Justiças Estaduais.

Os juízes, assoberbados com os trabalhos ordinários, acumulam-nos com os extraordinários eleitorais, evitando prejudicar qualquer deles, mediante cota de sacrifício que os magistrados pagam em favor do interesse supremo da coletividade.

Coube às Justiças Estaduais o gravame da cumulação de função. Todos aqueles que foram e são onerados com esse encargo sabem do sacrifício que representa esse desempenho cumulativo, recebendo, como contraprestação, irrisória gratificação que nada representa nos seus orçamentos.

Ciente desse esforço cotidiano, alguns governos estaduais, interessados no sentido de compensar os juízes, resolveram contemplá-los com um benefício legal, fazendo contar, cumulativamente com o tempo de serviço prestado na Justiça do Estado, o exercício efetivamente na Justiça Eleitoral.

Nesse sentido, a Lei nº 768/1965, do ex-Estado do Mato Grosso e a recente Lei nº 2280/1973, do Estado da Guanabara, hoje Estado do Rio de Janeiro, que assim procederam, limitando a contagem a cinco anos.

Entende-se essa orientação porque os próprios Estados são os maiores interessados no reconhecimento desse sacrifício e aventam solução digna e honrosa como uma compensação à altura."

A outra emenda, também, propondo o acréscimo de um artigo. (Lê)

EMENDA Nº 3

Ao Projeto de Lei nº 12/78

Acrescente-se um artigo, ao Projeto de Lei nº 12/78, com a seguinte redação:

"Art. Contar-se-á, para todos os efeitos legais, aos membros do Ministério Público, de carreira, o tempo de até 10 (dez) anos de exercício profissional, comprovado pela inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil vedada a contagem cumulativa com qualquer outro cargo público."

Sala das Sessões, em 30 de março de 1978.

(a) Accioly Neto.

Apoiamentos: Augusto Carneiro, Deni Schwartz, Renato Bernardi, Adalberto Daros, Lúcio Machado, Lineu Turra, Lázaro Dumont e Valter Pietrângelo.

JUSTIFICATIVA:

O presente artigo é transcrição da norma inserida no artigo 132, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná (Resolução Normativa nº 1, de 11 de dezembro de 1975, do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, com vigência a partir de 1º de janeiro de 1976) que repete disposição já inserida na lei anterior, deferindo aos magistrados esse direito.

Com surpresa, porém, infere-se que ao Ministério Público, a cujos integrantes se exige essa inscrição — quer para o ingresso à carreira (art. 30, nº IV do Estatuto do Ministério Público), quer para o próprio exercício de suas atribuições (não poderá sequer ser Procurador Geral da Justiça quem não for inscrito no O.A.B. - art. 4º do Estatuto do Ministério Público) — não se outorga tal vantagem.

É de se ressaltar, ainda, que com o advento do Estatuto do Ministério Público (Lei nº 5.849, de 25/09/68) foi vedado o exercício de advocacia aos membros da instituição, mas sempre se lhes exigiu a inscrição da Ordem dos Advogados.

Justo, pois, não nos parece se conceda tal direito aos

magistrados — aos quais além de não se exigir essa inscrição veda-se mesmo que a mantenha-se anteriormente inscrito — e não se o faculte ao órgão promovente que, por suas próprias atribuições, se obrigue a, permanentemente, residir em juízo, não só custos legis mas, efetivamente, como parte.”

Eram estas as emendas para as quais eu solicito a aprovação dos eminentes Senhores Deputados.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Continua em discussão o Projeto de Lei nº 12/78, de autoria do Poder Executivo, que fixa, a partir de 1º de janeiro do corrente ano, novos valores de vencimentos para os cargos efetivos e em comissão do pessoal civil dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, Tribunal de Contas do Estado, bem como os integrantes da Polícia Militar do Estado.

Em discussão. Encerrada a discussão.

Regimentalmente, a Presidência colocará em votação a matéria, no turno de 2ª discussão, artigo por artigo. Quanto às emendas, na apreciação, será objeto de preferência de votação, as de nºs 4 e 5, considerando pronunciamento do Plenário, favorável ao destaque requerido pela Liderança da Aliança Renovadora Nacional.

Em votação o artigo 1º, ressalvada a emenda. — **Aprovado.**

Em votação a Emenda nº 4, apresentada pelo Sr. Deputado Fidelcino Tolentino: (Lê)

EMENDA Nº 4

Ao Projeto de Lei nº 12/78

Substitua-se o artigo 1º pelo seguinte:

“Art. 1º — Os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão, e das funções gratificadas dos Quadros de Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, do Quadro Próprio do Magistério e dos Integrantes da Polícia Militar do Estado, ficam majorados, a partir de 1º de janeiro de 1978, em 38% (trinta e oito por cento), ressalvado o disposto no artigo 2º.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1.978.

(a) Fidelcino Tolentino.

APOIAMENTO: Jayme Rodrigues Carvalho, Hélio Manfrinato, Accioly Neto, Lúcio Machado, Deni Schwartz, Lineu Turra, Waldenécio Barbalho, Muggiati Filho, Jurandir Messias, Aguiinaldo Pereira Lima, Edilson Alencar, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Adalberto Daros, Paulo Camargo, Augusto Carneiro, David Federmann, Osvaldo Macedo, Del Ciel e Alfredo Gulín.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o problema de ordem constitucional no texto original do ante-projeto que acompanhou a Mensagem nº 1/78, S. Exª o Governador do Estado houve por bem determinar a substituição da redação do artigo 2º, mandando incluir os Secretários de Estado entre os ocupantes de cargos que seriam beneficiados com reajuste de vencimentos a partir de 1º de março de 1978.

Acontece, que o referido artigo 2º, na forma da emenda apresentada pela douta C.C.J., tornou-se conflitante com o disposto no artigo 1º e artigo 7º, vez que os mesmos prevêm essa majoração (cargos em comissão e símbolo DAS-1) a partir de 1º de janeiro de 1978.

Por outro lado, a inclusão expressa do Quadro Próprio do Magistério no texto original, tem como objetivo apenas dirimir possíveis dúvidas quanto ao reajuste dos vencimentos dos professores, os quais, desde 1977 são regidos por Estatuto próprio.”

Em votação a Emenda. — **Aprovada.**

Em votação o artigo 2º, do projeto de lei, que tem sobre ele emenda substitutiva apresentada na Comissão de Constitui-

ção e Justiça, aprovada por unanimidade. Tratando-se de emenda substitutiva, regimentalmente, esta terá a preferência sobre o artigo 2º do anteprojeto de lei. A emenda substitutiva está assim redigida. (Lê emenda)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 1

O Art. 2º do Projeto de Lei nº 12/78, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º — Os vencimentos dos Secretários de Estado, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público, dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, do Procurador Geral e dos Procuradores do mesmo Tribunal ficam fixados, a partir de 1º de março de 1.978, conforme tabelas dos anexos I e II.”

Sala das Comissões, de março de 1.978

(aa) Paulo Camargo, Presidente;

Ezequias Losso, Relator.

JUSTIFICATIVA:

A verdade, já irrefutável, é que a Mensagem Governamental nº 1/78 a esta Casa remetida, chegou com problemas de interpretação quando ao conteúdo do seu artigo 7º, o qual, à primeira vista, “ACRESCE” ao quadro de Pessoal do Poder Executivo vários cargos em comissão, cuja despesa seria superior a Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros).

A presente emenda tem por escopo corrigir as distorções surgidas em razão do rabusqueio tecnocrático com que se redigiu o artigo sétimo, com amparo no texto do corpo da Mensagem e em recente entrevista do Sr. Secretário de Recursos Humanos, na qual corrobora o fato de não estarem sendo criados novos cargos.

Ademais, o “caput” do artigo 7º do ante-projeto reza: “FICAM ACRESCIDOS NA SIMBOLOGIA NUMÉRICA DOS CARGOS EM COMISSÃO DO ESTADO...”

Isto quer dizer que, além das atuais designações ou simbologias, alguns ocupantes de cargos em comissão Símbolo 1—C adquiririam mais um símbolo (DAS-5).

E isto implicaria num acúmulo de vencimentos, principalmente em relação a cargos ocupados pelos chamados tecnocratas da área econômica, o que resultaria num aumento de despesas para o tesouro, da ordem de Cr\$ 455.000,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil cruzeiros), mensais, somente para satisfazer o pagamento do pessoal descrito no Anexo III.

Por outro lado, o conflito existente entre o texto original e a emenda substitutiva ao artigo 2º, proposta pela douta C.C.J., desaparecerá, com o esclarecimento de que os vencimentos fixados para a simbologia D.A.S. serão devidos a partir das datas fixadas nos artigos 1º e 2º.

Acatada a emenda substitutiva ao artigo 1º, a redação do Projeto de Lei apresentar-se-á de forma mais disciplinada, embora deixe transparecer que seu aperfeiçoamento surgiu em razão das modificações introduzidas por esta Casa.”

Em votação a emenda. — **Aprovada.**

Em consequência, prejudicado o art. 2º, na sua redação proposta pelo Executivo.

Em votação o artigo 3º. (Lê o artigo) **Aprovado.**

Em votação o artigo 4º (Lê o artigo) **Aprovado.**

Em votação o artigo 5º (Lê o artigo) **Aprovado.**

Em votação o artigo 6º (Lê o artigo) **Aprovado.**

Em votação o artigo 7º. Também regimentalmente sobre o artigo 7º e com preferência/devotação, encontra-se a emenda de Plenário, registrada sob número 5.

Em se tratando de Emenda Substitutiva, merecerá do Plenário, preferência sobre a redação proposta no anteprojeto de Lei.

A emenda substitutiva de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, determina: (Lê)

“EMENDA Nº 5. Ao Projeto de Lei nº 12/78

Substitua-se o artigo 7º e seu parágrafo único, pela redação seguinte:

"Art. 7º — Os cargos em comissão do Estado, adiante discriminados, a partir de 1º de janeiro de 1978 passam a pertencer à simbologia numérica geral com a denominação D.A.S. — Direção e Assessoramento Superior e vencimentos fixados no Anexo II, na forma dos artigos 1º e 2º desta Lei.

DAS—1 — Secretários de Estado, Procurador Geral do Estado e Chefes das Casas Civil e Militar.

DAS—2 — Sub-Chefes da Casa Civil, Diretores Gerais de Secretarias de Estado, Diretor da Polícia Civil, Diretor do DETRAN, Diretor Geral do DER, Diretor do D.I.O.E., Diretor do DEAM, Diretor do IAM, Diretor do IBPT e Superintendente do IPE.

DAS—3 — Diretores Auxiliares do DER.

DAS—4 — Diretor Adjunto do DIOE e Diretores do IPE.

DAS—5 — Chefes de Gabinete de Secretários de Estado, Chefes de Assessoria para Controle de Resultados, Cargos de nível de atuação programática constantes do Anexo III, Diretor do DETO, Diretor do DAMI, Diretor do DEE e Assessores Técnicos Legislativo, Jurídico e Administrativo da Sub-Chefia de Assuntos Técnicos da Casa Civil.

Parágrafo único: A simbologia prevista neste artigo não se aplica às aposentadorias anteriores a 1º de janeiro de 1978".

Sala das Sessões, em 30 de março de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino."

Em votação a emenda.— **Aprovada a emenda substitutiva.**

Portanto, sobrestada e rejeitada a proposta constante do anteprojeto de lei.

Em votação o artigo 8º — (Lê) **Aprovado.**

Em votação o artigo 9º — (Lê) **Aprovado.**

Em votação do artigo 10º — (Lê) **Aprovado.**

Sobre a mesa, Emendas de nºs 2 e 3 apresentadas em Plenário, de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, com apoio regimental.

Em votação a Emenda nº 2.— **Aprovada.**

Em votação a Emenda Substitutiva nº 3. — Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como estão.— **Aprovada a emenda.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 44/75, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que desmembra a Secretaria de Estado da Educação e Cultura, para Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Cultura e Desportos e dá outras providências. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.I.P., por unanimidade.— **Rejeitado, por unanimidade.**

PROJETO DE LEI Nº 44/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — A Secretaria de Estado da Educação e Cultura fica desmembrada em Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Cultura e Desportos.

§ 1º — A Secretaria de Estado da Educação será integrada pelos órgãos de natureza e fins educacionais, competindo-lhe a administração do setor da educação.

§ 2º — A Secretaria de Estado da Cultura e Desportos será integrada pelos órgãos de natureza e fins culturais, competindo-lhe a administração do setor da cultura.

Art. 2º — O Poder Executivo encaminhará mensagem propondo a criação dos cargos necessários ao funcionamento da Secretaria de Estado da Cultura e Desportos.

Art. 3º — O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no prazo de sessenta (60) dias, contados da data da sua publicação.

Art. 4º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua pu-

blicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1978.

(a) Luiz Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

Na estruturação das organizações, dois critérios norteiam a criação de unidades departamentais, *latu sensu*: a identidade de funções e a amplitude de supervisão.

É um princípio verdadeiro, quer no campo da administração privada, quer no campo da administração pública.

E quer se adote o enfoque sistemático-formal de organização.

Em termos práticos e por medida de redução de custo, por vezes se agregam ao mesmo departamento, outras funções que são paralelas às específicas. Mas é uma exceção admissível quando a função não prejudica a administração e o desempenho do departamento no que se deve esperar dele, em sua atividade própria.

As funções específicas de educação, hoje, só por si, pela magnitude de encargos e fins, exige uma especialização e uma dedicação administrativa que não comporta, sem prejuízo, uma acumulação com outras funções embora próximas de seu objetivo.

No passado elas foram agrupadas juntamente com as de saúde pública em uma mesma unidade administrativa. Mas as exigências de atendimento determinaram a separação.

Agora ocorre o mesmo em relação às funções de cultura e desportos.

Constituem uma sobrecarga na mesma Secretaria que deve cuidar especificamente da educação — o que é muito já. As funções de cultura e desportos somente não constituíram sobre carga na Secretaria de Educação se para essas funções não se desse a devida atenção. O que não pode querer o poder público.

Por outro lado enquanto cresceram as responsabilidades do Estado com a educação, pela sua importância no desenvolvimento econômico social, cresceram também as responsabilidades do poder público quanto à promoção cultural, propriamente, e dos desportos como áreas integrantes do progresso e bem-estar da comunidade.

Assim é uma necessidade, ditada por princípio de organização racional e de melhor atendimento da administração pública, que se deixe a Secretaria da Educação com as funções específicas de educação, e a Secretaria de Cultura e Desportos com as funções respectivas. E daí a nossa proposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 44/75

P A R E C E R

Visa o nobre Deputado Gabriel Sampaio, com o presente projeto de lei, o desmembramento da atual Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, em Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Cultura e Desportos.

Na sua justificativa, argumenta o autor entre outros fatores, que tal desmembramento tem por finalidade favorecer a administração pública, a fim de que as responsabilidades específicas da Educação fiquem afetos à Secretaria de Estado da Educação e às concernentes à Cultura e ao Desporto à Secretaria a ser desmembrada.

No entretanto, sem querermos entrar numa análise mais detalhada sobre a inconveniência de tal propositura, temos que tal matéria por força de norma constitucional, compete exclusivamente à alçada do Chefe do Poder Executivo. Isto porque, na sua execução haverá forçosamente sérias obrigações, que demandarão alterações substanciais nas despesas do erário estadual.

Nestas condições, o nosso parecer, em razão dos Arts. 25 — §§ 1º, 35 e 47 da Constituição Estadual, é **CONTRÁRIO** ao Projeto de Lei nº 44/75, por julgá-lo inconstitucional, opinando-se pela sua **REJEIÇÃO**.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1977

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 44/75.

PARECER

De autoria do nobre Deputado Gabriel Sampaio, o presente projeto de lei tem por finalidade desmembrar a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura em Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Cultura e Desportos.

Sobre a matéria houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisando sob o aspecto constitucional e legal exarou parecer considerando pela inconstitucionalidade da proposição.

No âmbito desta Comissão de Instrução Pública, chamada a opinar sobre o mérito da propositura, temos que, embora as argumentações expendidas pelo seu autor, na justificativa que a acompanha sejam, até certo ponto válidas e baseadas em fundamentações lógicas, por força das implicações que a sua aplicação no Estado acarretariam, somos de opinião que somente através de iniciativa do Poder Executivo a mesma poderia merecer a aprovação desta Casa. Isto por que a reformulação proposta na estrutura administrativa do Estado, deverá atender a certas peculiaridades que dizem respeito e estão afetadas exclusivamente ao Executivo, real conhecedor das suas necessidades.

Nestas condições, o nosso parecer é **contrário** ao Projeto de Lei nº 44/75, pelas razões acima expostas, opinando-se pela sua **REJEIÇÃO**, nos reservando, porém, a votar favoravelmente a matéria, caso o seu autor a queira transformá-la em requerimento de sugestão.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1977.

(aa) Osvaldo Macedo, Presidente; Augusto Carneiro, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 90/77, de autoria do Deputado ENÉAS FARIA, que autoriza o Poder Executivo implantar a partir de 1.978, Ensino de 1º grau até 8ª série, na localidade de Jardim Rio Verde, Município de Colombo, e dá outras providências. Pareceres **CONTRÁRIOS** da C.C.J., C.F., por unanimidade e **FAVORÁVEL** da C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado**.

PROJETO DE LEI Nº 90/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a implantar a partir de 1.978, ensino de 1º grau, até 8ª série, na localidade de "Jardim Rio Verde" Município de Colombo, utilizando as dependências do Grupo Escolar "ALFREDO CHAVES".

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1977.

(a) Enéas Faria.

JUSTIFICATIVA:

A localidade denominada "Jardim Rio Verde" no Município de Colombo, compreendendo os lugares "Vila Guarani", Jardim Maracanã, Campo Pequeno e outros, tem hoje uma população que se aproxima de vinte mil habitantes.

Conseqüentemente, possui uma coletividade em idade escolar ponderável, existindo, tão só, até agora, ali estabelecimento de ensino de 1º grau até 4ª série (curso primário).

As crianças, concluindo o estágio inicial de estudo, se vêem impossibilitadas de continuarem o aprendizado. Ou então são obrigadas a deslocarem-se em longos percursos em busca de estabelecimentos distantes daquele local.

Pertencendo ao Município de Colombo, essa localidade

fica muito afastada da sede Municipal, e, na verdade, se encontra na divisa do Município de Curitiba.

Qualquer opção, em busca de estudo — Colombo — Curitiba — implica, mormente para jovens, ainda quase crianças, em perigosos sacrifícios e onerosos percursos.

A implantação de ensino de 1º grau até 8ª série, na forma pretendida, tem a facilitar-lhe a existência de equipamentos físicos de propriedade do Poder Público Estadual, onde hoje se encontra em funcionamento o Grupo Escolar "Alfredo Chaves".

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 90/77

PARECER

De autoria do nobre Deputado Enéas Faria, tem por objetivo o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a implantar, a partir de 1978, ensino de 1º grau, até 8ª série, na localidade de "Jardim Rio Verde", Município de Colombo, utilizando as dependências do Grupo Escolar "Alfredo Chaves".

Sem dúvida, a iniciativa aqui pleiteada é oportuna e conveniente, mas acontece que trata-se de um caso de aumento da despesa pública e, conforme estabelecem os arts. 25 e 35 da Constituição Estadual, a iniciativa para tais leis é da competência exclusiva do Governador.

Nestas condições, só nos resta arguir a sua inconstitucionalidade, e o nosso parecer é pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1977

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 90/77

PARECER

Esta Comissão tendo analisado o aspecto legal do referido plano de lei, embora acatando o mérito que se deve ao autor, não vê condições em manifestar apoio, visto o mesmo implicar no orçamento de despesas, assim é contrário a aprovação do mesmo, visto ser atribuição do Executivo.

Este é o nosso parecer salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 1977

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Lúcio Machado, Relator.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 90/77

PARECER

De autoria do nobre Deputado Enéas Faria, o presente Projeto de Lei nº 90/77, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a implantar a partir de 1.978, ensino de 1º grau, na localidade de Jardim Rio Verde, Município de Colombo e dá outras providências.

Sobre a matéria houve o pronunciamento das douts Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

No âmbito desta Comissão de Instrução Pública, queremos exaltar a iniciativa do nobre Deputado autor do Projeto, voltada no interesse de ampliar a rede de ensino de 1º grau, a uma localidade que vem apresentando índices de crescimento dos mais elevados no Município de Colombo.

Nestas condições, o nosso parecer é **FAVORÁVEL**, opinando-se pela sua **APROVAÇÃO**.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) Werner Wanderer, Presidente; Gabriel Sampaio, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 152/77, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que autoriza o Poder Executivo a alienar imóvel localizado em Paranavaí, conforme específica, à Associação Comercial e Industrial de Paranavaí. Pareceres **FAVORÁVEIS** da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA**. — **Aprovado**.

PROJETO DE LEI Nº 152/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar o imóvel constituído pelos lotes urbanos nºs 06 e 08, da Quadra nº 55, do loteamento de Paranavai, medindo 15 (quinze) metros de frente para a rua Alagoas por 26 (vinte e seis) metros de lado, fazendo o último lote esquina com a rua Bahia, respectivamente com as áreas de 490 m² e 390 m², num total de 880 m², localizados no Município de Paranavai, a Associação Comercial e Industrial de Paranavai.

Art. 2º — A alienação de que trata o artigo 1º da presente Lei, será regulamentada através de Decreto a ser baixado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em outubro de 1978.

(a) Wilson Fortes.

JUSTIFICATIVA:

O imóvel, objeto da presente autorização para a sua alienação, integra o patrimônio do Estado e onde se encontra a sede da Associação Comercial e Industrial de Paranavai, a qual já se encontra com uma solicitação para a sua aquisição, necessitando para tanto a competente autorização legislativa que ora estamos propondo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**PROJETO DE LEI Nº 152/77****P A R E C E R**

De autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, o presente Projeto de Lei nº 152/77, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a alienar o imóvel que especifica, situado na cidade de Paranavai, a Associação Comercial e Industrial daquela cidade.

Inserido ao projeto, se encontra a fotocópia do parecer nº 537/77, da Procuradoria Geral do Estado, através do qual em processo protocolado sob o nº 2453/77 em que é interessada a Associação Comercial e Industrial de Paranavai, historiando sobre as origens do referido imóvel, manifesta a oportunidade de tal alienação, mediante a competente autorização legislativa.

Sob o aspecto constitucional, nada há que possa impedir a sua tramitação por esta Casa.

Nestas condições o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1977

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Fabiano Braga Côrtes, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**PROJETO DE LEI Nº 152/77****P A R E C E R**

O nobre Deputado Wilson Fortes, pretende com o projeto de lei em tela, autorizar o Poder Executivo a alienar o imóvel que especifica, localizado na cidade de Paranavai, à Associação Comercial e Industrial, daquele município.

No aspecto financeiro, nada há que possa obstar a tramitação deste projeto de lei.

Assim sendo, nosso parecer é FAVORÁVEL, aconselhando a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de março de 1978.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Del Ciel, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução nº 4/78.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buf-

fara, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 5/78.— Regimentalmente, a Presidência consulta o Sr. Deputado Nelson Buffara sobre se poderá declinar do Plenário qual a matéria que envolve o Projeto de Lei nº 5/78. Ausente do Plenário o Sr. Deputado Nelson Buffara, a Presidência vê-se na contingência de sobrestar ambos os requerimentos de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara que pede regime de urgência para os Projetos de Lei nº 5/78 e 173/78, que tratam de declaração de utilidade pública, instituições de assistência social no Litoral paranaense. Em votação ambos os requerimentos.— **Aprovados.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que sejam procedidos estudos visando a ampliação do Ginásio Estadual Anastácio Cerezine.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine à TELEPAR a implantação da Rede de Telefonia — Sistema DDD, nos municípios que formam a “Grande Maringá” ainda não servidos por este serviço.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, visando a construção de uma escola de 1º grau junto ao núcleo Social João XXIII, em Maringá.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo que, em atendimento com o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, determine o imediato início das obras do edifício do Fórum da Comarca de Maringá.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Inscritos para falar, em Explicação Pessoal, os Srs. Deputados Alfredo Gulín, Wilson Fortes e Enéas Faria.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulín.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Prepara-se a Nação para comemorar os quatorze anos da Revolução de 31 de março de 1964. Nesta ocasião, queremos solenizar a importância daquele acontecimento, que mudou a face da sociedade brasileira, em dois largos aspectos que passo a considerar:

Em primeiro, a movimentação revolucionária de março de 1964 deteve uma situação de desagregação social gerado por um populismo que não acolhia dados realistas para tentar operar o governo: neste sentido o regime afastado oferecia o risco de levar aos desmoronamentos das instituições políticas e econômicas sobre as quais se edificou a Nação Brasileira,

Em segundo, a Revolução realizou uma obra modernizadora, fazendo o País retomar o caminho do continuado desenvolvimento econômico e social realizado pelos demais Países do Ocidente.

Como o tempo de que disponho não é longo, vou me deter em apenas um ponto do ímpeto modernizador desencadeado a partir de 1964. Os Senhores que têm mais idade, lembrem-se da extrema dificuldade de comunicação que existia, digamos entre Curitiba e São Paulo; Curitiba e o Rio de Janeiro. Para completar uma ligação telefônica com o Rio, o interessado tinha que esperar até a madrugada, e a chamada pedida só sairia no dia seguinte, mesmo assim sujeita a ser quebrada por falhas do sistema. A Alternativa, uso do correio, era igualmente perigosa, porque as malas postais eram transitadas com lentidão e igual irregularidade.

Hoje, fala-se instantaneamente, com qualquer ponto do Brasil. A rede nacional de televisão cobre todos os pontos do

território, o homem de negócios pode usar o telex, as malas do correio, os canais de voz da Embratel. Neste campo o progresso foi tremendo, facilitando as informações sobre oportunidades de negócios, aproximando o País de si mesmo numa integração modernizadora.

A racionalização do serviço público, a reforma do sistema tributário, a atualização do ensino, o leque das oportunidades profissionais, tudo isso é fruto do Movimento que agora completa seu décimo quarto aniversário.

Ao falarmos da Revolução, surge à memória o seu líder principal, o saudoso Presidente Castelo Branco, cujo vulto adquire para nós, as feições de um estadista, pela visão com que se impôs aos acontecimentos. E agora, que a Revolução completa seu ciclo ativo e vai se institucionalizar, com a plenitude democrática que terá as necessárias salvaguardas quanto aos nossos princípios políticos fundamentais, nada mais justo que lembrar de Castelo Branco.

O seu despreendimento, as suas idéias devem ser as balizas de nosso caminho rumo ao futuro. A figura do chefe militar e do estadista deve nos guiar como um Caxias, um Rui, de nossos tempos. Que os ideais de permanência da Nação e de respeito à pessoa, que nos foram transmitidos pelo soldado do Ceará, fiquem conosco em meio às dificuldades naturais que teremos que enfrentar.

Em 14 anos, o Brasil se afirmou, graças à manifestação do povo e das Forças Armadas, nos idos de março de 1964."

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para falar em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Wilson Fortes.

O SR. WILSON FORTES — Sr. Presidente, Srs. Deputados, e Srs. Jornalistas.

Há doze anos convivemos nesta Casa de Leis, Creio que todos os Senhores nos conhecem o bastante para poder analisar o nosso caráter e a nossa personalidade.

Homem que se dedica há muitos anos à atividade agropecuária, além da atividade política. Há cerca de cinco anos adquirimos uma área de terra no Amazonas. Adquiridas do maior comerciante daquela cidade de Boca do Acre, que hoje é o Prefeito daquela cidade, Sr. Valdir Ávila de Lima. 150 mil hectares de terra, há cinco anos passados, comprados, pagos, medidos, registrados de acordo com o INCRA, como tenho a documentação toda em minha pasta aqui em cima da mesa.

Em setembro do ano passado, através de um amigo, Prefeito Municipal do Norte Pioneiro, fiquei conhecendo, por infelicidade minha, um cidadão chamado Dídio Gonçalves, proprietário ou procurador de uma firma de empreendimentos, de projetos, instalada aqui no Bacacheri.

Escritório pomposo, altamente gabaritado, seção de cartografia das melhores que eu já vi, porque sou agrônomo e entendo, se propondo a fazer contratos com proprietários de terras em Mato Grosso, Goiás, Acre e Amazonas, dizendo-se irmão do Diretor Executivo do Banco da Amazônia em Belém, dizendo-se cunhado do Chefe do INCRA, e dizendo-se Coronel aposentado da Aeronáutica, tudo isto está na Delegacia de DFDG, aqui em Curitiba; e muitos foram os que fizeram contrato com esta firma D'Argent, inclusive eu. Fui vítima, foram vítimas tantos homens de bem Estado do Paraná.

Mas no dia a dia, o projeto vai ser aprovado, o mês que vem, vai ser dia 15, vai ser no dia 20. Em Londrina, no Banco da Amazônia me avisaram: — cuidado, este rapaz está agindo em Curitiba, baseado em mentiras e falsidades. Quase não pude acreditar, porque são tantas as vítimas, homens de bem, médicos.

Preocupe-me e fiz um telefonema para Belém, diretamente para o Presidente do Banco da Amazônia, isto faz uns doze dias, Sr. Penha, de que tive a honra de conhecê-lo aqui, no Palácio Iguaçu, através do Governador do Estado, no ano passado.

Disse que não conhecia Dídio Gonçalves, muito menos a firma Trajano.

Preocupando-me, vim de Londrina para Curitiba e imediatamente procurei a DOPS — Delegado Osires, que telefonou, no mesmo momento, para a DFDG, ao Delegado Artigas, que solicitou a minha presença.

Qual não foi a minha surpresa, quando eu cheguei na DFDG, e o Delegado mostrou-me três mandados de prisão, naquele dia, que tinham vindo de outros Estados; hoje, existem cinco mandados de prisão, 4 estaduais, e 1 federal. Estão todos lá, na DFDG.

Imediatamente, com o Dr. Masaiochi, de Apucarana, através do Dr. René Dótti, tomamos as providências devidas e, o mesmo foi aprisionado à semana passada — 5 mandados de prisão, estelionatário, devendo em Curitiba e no Paraná inteiro, aplicando golpes, inclusive, com mandados de prisão em Espírito Santo. Eu cheguei a ler, ele emitia, em Espírito Santo, "carnets" falsos, impressos falsificados.

Foram tantas as vítimas, Srs. Deputados, que infelizmente, em 42 anos, eu também entrei nessa.

Agora, qual o vigarista que, após aprisionado, não procura se defender de alguma maneira?

Ontem, talvez por rebeldia, ou usando um outro termo, por raiva, ou coisa parecida, sendo que partiu de mim, Deputado Wilson Fortes a sua prisão, ele disse, e também aos jornalistas:

— O Deputado Wilson Fortes comprou terras no Amazonas, 150 alqueires, e multiplicou por 150, 1.500.

Fatos que não existem, que nunca existiram, minha documentação está aí registrada no INCRA, no Registro de Imóveis, estou lá lutando e sofrendo, eis que sou homem da luta e do trabalho, há mais de 5 anos, com recursos próprios.

O Sr. José Domingos Scarpelini — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Wilson Fortes, dou este aparte a V. Ex^a, porque vi as publicações das palavras do Sr. Dídio Gonçalves, nos jornais do Paraná de hoje, que, quem sabe, estejam também publicadas nos jornais do Brasil.

Como representante de Apucarana na Assembléia Legislativa do Estado, eu quero, nesta oportunidade, fazer a defesa de V. Ex^a, pura e simplesmente esclarecendo a esta Casa que, na minha cidade, a cidade de Apucarana, no Banco do Estado do Paraná - Agência de Apucarana, eu fui apresentado ao Sr. Dídio Gonçalves, que, naquela oportunidade, se dizia homem representante do Banco da Amazônia Sociedade Anônima, e, também, do Serviço Nacional de Informações - SNI.

Perguntei a ele qual era sua missão em Apucarana, e ele, naquele exato momento, acompanhado do Sr. José Dantes Filho, um industrial de Apucarana que também foi lesado pelo Sr. Dídio Gonçalves, respondeu-me que estava em Apucarana para levar, em nome do INCRA, em nome das instituições que representava, empresários do Sul, para a Amazônia legal. Estava com pastas, catálogos de financiamentos do PROBOR II. E, até naquela oportunidade, ele também ofereceu os seus préstimos, o seu relacionamento junto aos escalões federais, para os meus amigos conseguirem financiamentos nas casas de crédito que repassam os financiamentos para a Amazônia.

E para confirmar as palavras que V. Ex^a vem à tribuna, agora usando, não para se defender, porque as palavras de Dídio Gonçalves são como um risco n'água: de nada valem, e os exemplos estão em Apucarana, onde o Sr. José Dantes Filho, proprietário da indústria extrativa "América", emitiu a favor desse mesmo cidadão, notas promissórias que excederam a um milhão e meio na época, e que depois o Sr. Edílio quis receber via judicial, porque elas não estavam vinculadas a contrato nenhum de prestação de serviços e o Sr. José Dantes Filho, teve que usar da violência, da força, para tirar da pasta do Sr. Edílio essas notas promissórias, que ele iria entregar a um advogado de Apucarana para executar. E outros também em Apuca-

rana, foram lesados e, V. Ex.^a como outros paranaenses que aí estão, também foram roubados, e agora, nós que estamos aqui nesta Casa, ouvindo atentamente o seu esclarecimento, não é aos Deputados, porque nós o conhecemos bastante, mas ao povo paranaense que V. Ex.^a representa.

Estamos atentos às suas palavras, mas queremos aqui também dar o nosso testemunho, de casos concretos que foram praticados: extorsão, roubo e para mais, o Sr. José Dantes Filho, na oportunidade, sabendo já da conduta do Sr. Edílio, mandou buscar na Bahia, certidões que comprovam que o Sr. Edílio era condenado na Bahia, fugitivo de uma das penitenciárias de lá, para poder se safar da sanha criminosa desse homem que é um vigarista, quem sabe até internacional, que usa o nome das instituições, que usa o nome do Incra, que usa o nome do Banco da Amazônia, que usa o nome do SNI, porque inclusive, na porta do Banco do Estado, e tem várias testemunhas em Apucarana que lembram disso, ele disse, na oportunidade, que eu estava seriamente comprometido com os órgãos de segurança nacional, e que ele também iria investigar a minha vida.

Ele estava em Apucarana para fazer essa acareação a meu respeito. Portanto, Senhor Deputado, V. Ex.^a não deve se limpar, de um homem que tendo jogado lama no seu nome, porque este homem não jogou lama, ele é a lama pura. Este homem pôs em Apucarana, tantos homens de bem e de brio, hoje em situação difícil. Por causa da conduta dele — e nós sabemos que ele tentou envolver V. Ex.^a, como tentara envolver outros nomes, para poder se safar da situação penal — que ele se encontra junto às leis vigentes neste País.

Era só, nobre Deputado.

O SR. WILSON FORTES — Agradeço, nobre Deputado Scarpelini, que veio esclarecer ainda melhor a minha explanação. É estelionatário este tipo. Um homem com cinco mandados de prisão, inclusive da Polícia Federal, o que se poderia esperar? Acontece que quando chegou ao nosso conhecimento, a sua conduta, a sua desonestidade, de pronto tomamos providências junto à polícia local, hoje em represália, por termos nós tomado essa atitude, quarenta ou mais foram lesados. Trinta milhões de cruzeiros, foi o prejuízo, mas o único homem público, Deputado Wilson Fortes. Então a vítima do estelionatário, após atrás das grades, e busca muitas vezes, um nome de alguém de maior representatividade que ele, para poder escrever.

Fui ludibriado, como todos os outros o foram, como foram também os jornalistas que ouviram no dia ontem, mas lá está na Delegacia de Polícia.

Está hoje trabalhando o Dr. Renê Dotti, introduzindo um novo processo: calúnia, difamação, enfim, tudo o que for possível, tudo o que for cabível dentro da Justiça.

Amanhã darei uma entrevista coletiva a todos os canais de televisão, à noite e domingo, uma nota esclarecendo o povo do Paraná, este povo do Paraná que em grande parcela já nos conhece.

Quarenta e dois anos de luta, de trabalho, já de cabeça branca por enfrentar tantas dificuldades e, hoje, vemos o nosso nome tentado ser enlameado por um homem dessa estirpe, um homem dessa qualidade, por um vigarista, talvez até internacional, como disse o Deputado Scarpelini.

Mas, o povo do Paraná nos conhece; nós pretendemos dar o esclarecimento necessário. Sei que os Srs. Deputados darão apoio àquilo que falamos. Pedimos, também, a colaboração dos Srs. Jornalistas que nos conhecem há tanto tempo, creio que pela folha corrida, os jornais da semana passada todos noticiaram. Prejuízo em Curitiba, clima de projetos, tombo de 20 bilhões de cruzeiros, o próprio Estado do Paraná, a Tribuna, a Gazeta, Diário, todos trouxeram, durante a semana inteira, após a prisão deste homem.

O Sr. Nelson Buffara — V. Ex.^a permite um aparte? Assentimento) Deputado Wilson Fortes, eu, realmente,

não conheço esse indivíduo. A imprensa está a dizer dos crimes que ele cometeu; todos eles, me parece, comprovados.

No entanto, eu o conheço sobejamente, Deputado Wilson Fortes, conheço tanto que posso, neste momento, hipotecar a minha mais irrestrita solidariedade. Conheço V. Ex.^a nesses últimos 12 anos, Deputados que somos estaduais, desde 1966, seu comportamento imaculado nesta Casa; à frente da Comissão Executiva, V. Ex.^a deixou uma larga folha de serviços prestados ao Estado e a esta Casa, especialmente. Tenho certeza absoluta que a acusação não procede. Realmente, ele quis sair pela tangente, envolvendo o nome honrado de V. Ex.^a, com "status", nome que todos nós, tenho certeza, sabemos que não se prestaria, jamais, para cometer um ato dessa natureza.

Receba, neste momento, a certeza de que este Deputado e, com certeza, uma grande parte desta Casa, estará com V. Ex.^a, "pari passu", e, se necessário for, eu me presto, se for o caso, Deputado Wilson Fortes, para dizer, em outros locais, em outros Departamentos, em órgãos da segurança, para dizer de V. Ex.^a, que jamais seria capaz de falsear, de macular sua honrada vida de parlamentar e de paranaense.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Ex.^a me permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado Wilson Fortes,

também pretendia manifestar a total, irrestrita e permanente solidariedade de nossa bancada, ao honrado nome de V. Ex.^a. Tenho a certeza, Deputado Wilson Fortes, que todos os Deputados de nossa bancada, e tenho certeza também, do Movimento Democrático Brasileiro, estão solidários com V. Ex.^a nesse momento, em que seu nome é ultrajado por mais uns aventureiros que chegaram ao Paraná, valendo-se da tradicional boa fé e lisura do nosso povo. Não poderia ser outra nossa atitude, porque V. Ex.^a há muitos anos vem dando o melhor de si em favor do nosso Estado, lutando com denodo, obstinação, honestidade, pelos valores que regem a vida paranaense.

Tenha, portanto, a nossa solidariedade, dentro e fora da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Era só.

(Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência quer lembrar ao eminente Deputado Wilson Fortes que, regimentalmente, além dos 15 minutos iniciais, V. Ex.^a tem mais 15 minutos. A Mesa, de ofício, está-lhe concedendo mais 15 minutos, para falar em explicações pessoais.

O Sr. Quielise Crisóstomo — V. Ex.^a me permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado Wilson Fortes,

sente esta Casa, neste momento, que até mesmo V. Ex.^a, uma das bandeiras de hombridade, de honestidade que este Poder tem no Estado, tenha sido vítima como tantos outros Parlamentares e políticos já foram. É o testemunho, Sr. Deputado, que na política, na vida pública não tem lugar para covardes. O homem público tem que passar por esses momentos, porque somente vende-se jornal botando na primeira página Wilson Figueiredo Fortes. Se botasse o nome de um estelionatário, de um vigarista, não teria sido vendido tanto jornal. Mas Wilson Fortes vende jornal.

É com pesar, Sr. Presidente, Srs. Deputados e meu prezado Deputado Wilson Fortes, que nesses episódios que graças a Deus são raros, a imprensa não tenha o devido cuidado sequer de olhar o passado de Wilson Figueiredo Fortes, para botar com destaque quem botou uma notícia desta natureza.

Não existe um jornalista, um homem que saiba ler e não precisa ser um jornalista, que não soubesse que esta notícia era uma barbaridade que estavam fazendo com V. Ex.^a. Qualquer elemento alfabetizado neste Estado, não haveria de permitir uma notícia destas, sem primeiro analisar, pesquisar do que existia de veracidade nos fatos desta natureza.

É ridícula a nota que o jornal publica sobre V. Ex.^a. Um homem como V. Ex.^a que já foi Presidente desta Casa; um homem que já foi o Deputado mais votado em nosso Estado;

um homem que pelo seu trabalho, como engenheiro que é, colega nosso, hoje é detentor de uma pequena fortuna pelo seu trabalho, pelo seu suor, e sempre com honestidade. Hoje, esta Casa chora por V. Ex^a, Sr. Deputado, sabendo que esta não foi a primeira vez e não haverá de ser a última vez que um membro deste Poder, vê a tentativa de decapitação de sua cabeça. A tentativa, porque com mentiras nada se consegue.

Não sei da profundidade da intenção de uma nota de um ano político, quando se vê uma nota num ano eleitoral sobre um dos membros desta Casa como disse, que já foi o Deputado mais votado do Estado.

Mas da repercussão só Deus sabe, porque os que leram a notícia de hoje não sei se vão ler o desmentido de amanhã, Deputado Wilson Fortes. E é por isso que, com pesar, nós neste momento usamos da palavra, não que haja necessidade de nós usarmos a palavra para nos juntarmos a V. Ex^a, porque V. Ex^a e seu nome dispensa qualquer ajuda neste momento.

Mas é com pesar, porque este é um episódio da vida pública que nós pedimos a Deus, e pedimos à imprensa sadia do nosso Estado que tome um pouco mais de cuidado, principalmente num ano eleitoral, onde estas coisas têm sentidos inconfessáveis.

Saiba V. Ex^a, Deputado Wilson Fortes, que sairá disso sem seqüelas, porque esta Casa está como V. Ex^a está bem vindo através dos apartes, até o fim, ao seu lado.

E eu, particularmente, que tenho em V. Ex^a não o amigo, não o companheiro, não o parlamentar, mas um irmão, estarei com V. Ex^a não por isso, mas porque o conheço bem. Conheço até mesmo os seus negócios. Conheço até mesmo as suas terras do Acre, para dizer, que isso é apenas um episódio. Que apenas homens fortes como V. Ex^a sobreviverão.

Muito obrigado.

O SR. WILSON FORTES — Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que me aparteu, porque realmente pela nossa longa amizade, o Deputado Quielse já me deu o prazer de visitar esta propriedade minha lá no Amazonas. Lá estivemos, por vários dias. Na cidade, nas terras visitando, conhecendo a região. Conheceu mesmo, o Deputado Quielse, o Sr. Prefeito Municipal, Valdir de Boca do Acre, que foi quem há 5 anos passados nos vendeu estas terras que até hoje nos pertencem. O Sr. Gabriel Manoel — V. Ex^a permite um aparte? (Assentimento) Deputado Wilson Fortes, da tristeza e das horas amargas, também nós vemos a alegria da verdade da grande figura que é V. Ex^a, que tivemos a honra de acompanhar há 12 anos atrás.

Tivemos a satisfação de tê-lo dentro de sua integridade como Presidente desta augusta Casa.

Deputado Wilson Fortes, veja V. Ex^a, todos os seus companheiros, todos os amigos, aqui da Assembléia lhe dando este apoio moral, que V. Ex^a faz júz. Também os seus companheiros lá do interior, seus amigos de Jacarezinho, do Norte Pioneiro que viram V. Ex^a crescer, viram os seus primeiros passos, não haverão de acreditar nestas intrigas. Por isto, tenha o conforto, primeiramente, que Deus é justo.

E os seus companheiros, seus eleitores e seus amigos, hão de reconhecer a mentira e a intriga, porque acima de tudo conhecem a formação moral e cristã de V. Ex^a.

Satisfeitos ficamos, e queremos também hipotecar a nossa humilde solidariedade a V. Ex^a, e dizer um basta à intriga, à calúnia, e que Deus perdoe os ignorantes, porque não sabem o que dizem. E V. Ex^a também saiba perdoar.

E tenho plena convicção que seus companheiros de Partido, seus amigos e companheiros desta mesma bancada da gloriosa bancada do MDB estão solidários com V. Ex^a. E V. Ex^a com isto há de ter o consenso do povo paranaense, há de ter a sua imagem que todos conhecem, projetada no seu devido lugar. Leve V. Ex^a a nossa solidariedade, o nosso apoio, porque conhecemos o vosso nome há muito tempo; nós o conhecemos há

mais de doze anos. E conhecemos Wilson PTB de Jacarezinho, que é V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. WILSON FORTES — Nobre Deputado Gabriel Manoel, agradeço o aparte.

O Sr. Jayme Rodrigues Carvalho — Deputado Wilson Fortes, não haveria necessidade da defesa que V. Ex^a faz hoje perante os Deputados que aqui representam o povo do Paraná.

Acredito que todos os Deputados desta Casa, casa que, como bem disse o Deputado Quielse Crisóstomo, se encontra hoje de luto, porque um dos seus membros foi ofendido. E um membro da altivez de V. Ex^a, que nós não conhecemos simplesmente por 3 anos que aqui estamos. Conhecemos de longa data, quando já na mocidade acompanhávamos os vossos passos políticos. E é impossível que o povo vá acreditar nas palavras de um vigarista que deve ser, como disse o Deputado Scarpelini, internacional, que por detrás das grades, tenta jogar pedras contra o nome que há mais de 20 anos tem uma vida pública como se fosse um livro aberto ao povo paranaense. Alguém acreditou nas palavras do vigarista, Deputado Wilson Fortes, e V. Ex^a hoje é manchete negativa. A maldade campeia nos rincões deste País, sob todos os aspectos. Talvez os jornais, Deputado, e eu tenho certeza disso, não tivessem feito manchete do passado de V. Ex^a nesta Casa, como homem comum, e como homem do povo, de tantas lutas travadas dentro destas quatro paredes, e muitas delas ficam aqui dentro, sem que os jornais estampem em manchetes.

Quantas lutas, quantas noites perdidas de sono, quantos projetos, quantos requerimentos, quantas denúncias, quantos pronunciamentos de V. Ex^a, em tantos anos de vida pública, talvez no esquecimento.

Entretanto, hoje, acreditando na palavra de um vigarista que deve ser expungido da sociedade, V. Ex^a está em manchete. A defesa que V. Ex^a faz não é necessária.

Tive o cuidado hoje de vir a esta Casa, logo às 8,30 da manhã, com o jornal debaixo do braço, e entristecido, porque sabia de antemão que era uma mentira, que estavam tentando derrubar uma grande árvore, porque ninguém dá foçada em arbusto.

Num ano político onde V. Ex^a queira ou não queira, é um autêntico líder de um Partido, reeleito.

Ainda anteontem, falava com o seu sobrinho na Rua XV: "Por que o Deputado Wilson Fortes não se candidata a Deputado Federal"? Tanta é a popularidade de V. Ex^a. Ninguém conseguirá derrubá-lo.

Os Deputados que aqui estão sabem da honestidade de V. Ex^a, e tenho certeza que todos eles, como eu, haveremos de ir para as nossas regiões e dizer ao povo que aquilo que houve no jornal não passou de uma mentira de um vigarista que já está preso, e por 5 mandados de prisão.

V. Ex^a ao se defender hoje, não se defende, explica ao povo, porque nós aqui estamos ouvindo pelo povo, porque do povo somos representantes.

Conte V. Ex^a com este humilde Deputado, para todas as horas, para o que vier. Estarei ao lado de V. Ex^a, porque o conheço e sei com quem estou lidando.

O SR. WILSON FORTES — Agradeço o aparte de V. Ex^a O Sr. Hélio Manfrinato — V. Ex^a permite um aparte — (assentimento)

Deputado Wilson Fortes, considere-me, já que somos amigos, no decorrer dos anos como Deputado, como vizinho de município.

Sei hoje, Deputado Wilson Fortes, como deve V. Ex^a se sentir magoado, como deve sentir sua esposa e seus filhos. Mas, nós estamos cientes do acontecimento que se tornou manchete nos jornais.

Esse cidadão que há 4 dias atrás, os mesmos jornais acusavam de vigarista, e preso, e nós também podemos dizer alguma coisa sobre este cidadão, e com clareza e testemunhas

que somos, porque tivemos a oportunidade de verificar alguns documentos.

A imprensa tem aqui, perto de Curitiba, o serviço de abastecimento de aeronaves, no Aeroporto do Bacacheri, onde esse cidadão comprou um avião, com cheques frios e não pagou, e o avião lhe foi tomado a semana passada. Foi feita a busca e apreensão.

Para esse mesmo posto de abastecimento de aeronaves, deve esse cidadão 150 mil cruzeiros que estão lá, representados por cheques frios. Em Rondonópolis, nós também já temos a certeza e provas que deu outro golpe em outro cidadão nipônico, na importância de 2 milhões de cruzeiros.

De forma que, documentação a respeito desse vigarista, temos conhecimento. E o que saiu hoje, nos jornais, nobre Deputado Wilson Fortes, lamentamos profundamente, porque os homens de imprensa também têm moral elevada. Por isso, tenha V. Ex^a certeza que, amanhã, esses mesmos jornais vão defendê-lo.

Não falo aqui apenas em defesa de V. Ex^a, mas como testemunha desse vigarista que espalhou no aeroporto do Bacacheri mais de um milhão e 200 mil cruzeiros em cheques frios, e em Rondonópolis, dois milhões de cruzeiros. V. Ex^a conte comigo, nobre Deputado, nesta hora difícil, porque conhecemos o conceito elevado e a honradez de V. Ex^a.

O SR. WILSON FORTES — Obrigado.

O Sr. Waldenício Barbalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado Wilson Fortes, eu me considero convocado para o debate. E ninguém melhor do que eu poderá falar a respeito da dignidade de V. Ex^a, sobretudo no que diz respeito aos negócios particulares.

Poderia discordar de V. Ex^a no que concerne ao comportamento político, mas jamais, poderia trazer para a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, à qual V. Ex^a presta serviços há cerca de 10 anos, notícias desairosas a respeito de seu comportamento pessoal, no campo dos negócios particulares. Posso endossá-los todos, porque sou testemunha da lisura deles, em Paranavaí, na região onde V. Ex^a tem domicílio particular, como eu, há tantos anos.

Por isso, aceite V. Ex^a a minha solidariedade, a solidariedade — vamos dizer — do adversário maior que V. Ex^a tem — porque representamos ambos o povo de Paranavaí, da região, e estamos em campos opostos.

Discordamos de assuntos políticos mas, ressaltando e proclamando a lisura de seus negócios particulares.

O SR. WILSON FORTES — Agradeço os apartes de todos os

Srs. Deputados que vêm estimular nosso espírito até, e, em especial, do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, que nos conhece de longa data, lutando, sofrendo, plantando café, a geada queimando; plantando de novo, e hoje vendo nosso nome conspurcado por um homem sem moral, por um vigarista nacional, ou internacional, mas os apartes que aqui recebi, serviram-me de estímulo, sei que posso contar com todos os Srs. Deputados, como conto também com os funcionários da Casa, como contarei também com meus amigos jornalistas que, por certo, irão a partir de hoje, colaborar comigo, em suas colunas, para que a verdade venha à tona. Não queremos mais nada que a verdade. Os documentos estão todos na Delegacia de Defraudações e Falsificações, o Sr. Dílio está preso na DOPS. E a verdade é fácil de ser constatada.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — V. Ex^a permite um aparte? (Assentimento) Deputado Wilson Fortes, seria dispensável solicitar aparte para hipotecar minha solidariedade pessoal a V. Ex^a, visto que já afirmou, em aparte a V. Ex^a, o eminente Líder da ARENA, que, mais uma vez, falou por todos os Deputados arenistas da Casa. Mas, face às palavras do eminente Deputado Waldenício Barbalho, que dá, nesta tarde, mais uma demonstração de sua grandeza política e de correção pessoal, como adversário que é de V. Ex^a mas, como homem

que se dispõe a testemunhar a sua honestidade, à frente de seus negócios, de seus empreendimentos, resolvi solicitar aparte para hipotecar também minha solidariedade pessoal e para elogiar este gesto que deve ficar nos Anais como um dos gestos mais nobres do Paraná, do Parlamento Estadual, quando um adversário das lides políticas se dispõe a prestar a sua solidariedade a um adversário seu. Era só.

O SR. WILSON FORTES — Eu agradeço, Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Ex^a me permite um aparte? O SR. WILSON FORTES — Pois não.

O Sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado Wilson Fortes, depois das palavras de nosso eminente Líder, Luiz Roberto Soares, que falou por todos nós, só nos resta ratificar as suas palavras hipotecando a nossa solidariedade. Se isto faço neste momento, Sr. Deputado, é dado aos nossos oito anos de convivência nesta Casa, a nossa amizade é de muitos anos, e conhecendo, profundamente, o seu comportamento, como homem público e como homem de negócios.

Sabemos que é uma calúnia que procuram fazer contra V. Ex^a para se livrar um vigarista de atos que vêm praticando por todo este Brasil. Aceite, pois, a nossa integral solidariedade.

O SR. WILSON FORTES — Muito obrigado, nobre Deputado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez nós agradecemos este gesto de apoio, de colaboração que vem desincentivar um pouco a nossa sensibilidade de homem público e também de cidadão.

No interior do Estado em nossas andanças, em nossas caminhadas políticas, nós sempre comparamos a vida pública como uma câmara de televisão, que traz para dentro de nossos lares as imagens das belezas e as imagens das tristezas. E hoje, para mim, é a imagem da tristeza que toma conta de meu coração. Muito obrigado, — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Deputado Wilson

Fortes, receba nesta hora a solidariedade da Mesa. V. Exa. que nos três mandatos eletivos consecutivos, que para aqui foi mandado por expressiva parcela da opinião pública brasileira que habita o Estado do Paraná, soube representar esta Casa, não só no Plenário como mais um dos membros deste Poder Executivo, foi V. Ex^a, em nome desta Casa, Secretário de Estado do Paraná, presidiu V. Ex^a este Poder, quando na Presidência, nos dois anos de mandato de V. Ex^a eu tive a oportunidade feliz para mim, de ter sido o seu companheiro de Comissão Executiva, na condição de 1º Secretário.

Posso portanto, em nome da Mesa, testemunhar o cuidado, a lisura, a honestidade, sempre presente em todos os atos administrativos e pessoais do comportamento de V. Ex^a. Por esta razão, eminente Deputado Wilson Figueiredo Fortes, fique marcado V. Ex^a, não a maldade com que um homem de passado comprometido pretendeu marcar V. Ex^a. Fique assim, no coração e na mente de V. Ex^a, a solidariedade da unanimidade dos membros deste Poder, que testemunham, publicamente, a irrestrita confiança que tem, nas atitudes sempre corretas de V. Ex^a, quer como homem público, quer como empresário e, acima de tudo, como companheiro e como amigo; que os familiares de V. Ex^a tenham, nesta solidariedade, o testemunho da correção do esposo e do pai que V. Ex^a sempre soube colocar acima de quaisquer tropeços que porventura estejam atingindo V. Ex^a no dia de hoje e que, tenho certeza, já nos alcançaram com maior ou menor intensidade a todos nós.

Não identificamos, Sr. Deputado Wilson Figueiredo Fortes, a imprensa como responsável pela ocorrência; nós identificamos a maldade humana, presente sempre, nos corações doentios daqueles que desejam, antes de mais nada, conspurcar machucar e ferir. E mais se machuca, mais se fere, aquele que, em defesa de uma coletividade, mais se expõe.

Receba a solidariedade, Deputado Wilson Figueiredo

Fortes, da Mesa, sabendo que ela brota também do sentimento puro, da amizade daqueles que reconhecem em V. Ex^ã, um homem de bem.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 31, quinta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA – 8ª LEGISLATURA

Aos vinte e sete dias do mês de março de hum mil e novecentos e setenta e oito, reuniu-se a Comissão de Recursos Humanos, na Sala de Reuniões das Comissões, com a presença dos Senhores Deputados Wilson Fortes, Fabiano Braga Cortes, Werner Wanderer, Gilberto Carvalho, Nelson Buffara e Benedito Lúcio Machado. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos. Como nada constasse da Hora do

Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte Projeto de Lei: PROJETO DE LEI Nº 12/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 01/78, objetivando fixar a partir de 1º de janeiro do corrente ano, novos valores nos vencimentos dos cargos efetivos e em comissão do pessoal civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, e do Tribunal de Contas do Estado, bem como os dos integrantes da Polícia Militar. Relator, Deputado Wilson Fortes, Presidente, que avocou o Projeto de Lei, dando parecer FAVORÁVEL. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Elza Carneiro Camargo, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Secretária, a fim de que produza os efeitos legais.

(aa) WILSON FORTES – Presidente
Elza Carneiro Camargo – Secretária